

DE ORIENTE A OCIDENTE: ESTUDOS
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DE LUSITANISTAS

VOLUME II
SOBRE PORTUGAL

Cláudia Pazos Alonso, Vincenzo Russo
Roberto Vecchi, Carlos Ascenso André

EDITORES

DE ORIENTE A OCIDENTE: ESTUDOS
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DE LUSITANISTAS

VOLUME II
SOBRE PORTUGAL

TÍTULO

De Oriente a Ocidente:
estudos da Associação Internacional de Lusitanistas
Volume II – Sobre Portugal

COPYRIGHT

AIL e Angelus Novus

DESIGN

FBA

CAPA

Olharte. Publicidade e Artes Gráficas, Lda.

DATA DE EDIÇÃO

Março 2019

ISBN

978-972-8827-93-9

As atividades da

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

recebem o apoio do INSTITUTO CAMÕES

ANGELUS NOVUS, EDITORA

Rua da Fonte do Bispo, n.º 136, 3.º B

3030-243 Coimbra

info@angelus-novus.com

*Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor*

ÍNDICE

LESS IS MORE: A (NÃO) MODERNIDADE COMO IMAGINAÇÃO DO CENTRO Agnese Soffritti	9
VALTER HUGO MÃE: O COLECIONADOR DE PALAVRAS NA REPRESENTAÇÃO DO <i>EU</i> E DO <i>OUTRO</i> (<i>HOMENS IMPRUDENTEMENTE POÉTICOS</i>) Ana Paula Arnaut	33
MARIA GABRIELA LLANSOL: COMO SE CONSTRÓI UMA TRADIÇÃO? Ana Rita Sousa	51
NOTÍCIA DA DESCOBERTA DE UMA NOVELA PASTORIL PORTUGUESA DESCONHECIDA: <i>OS DESENGANOS DE FLERÍCIO</i> Aurelio Vargas Díaz-Toledo	69
FERNANDO OSORIO DO CAMPO: O DISCRETO COLABORADOR DE BERNARDINO MACHADO NO SEU EXÍLIO CORUNHÊS DE 1927 Carlos-Caetano Biscainho-Fernandes	91
A BORBOLETA DE CHUANG TZU E O SONHO DE BERNARDO SOARES Chenxi Fu	113
SILÊNCIOS INCÓMODOS, TRAUMAS (PÓS-)COLONIAIS E OS TABUS NO <i>TABU</i> DE MIGUEL GOMES Cláudia Fernandes	133
MENTALIDADES EM MUDANÇA NO PORTUGAL DE EÇA DE QUEIRÓS: FRANCISCA WOOD E A IMPRENSA PERIÓDICA Cláudia Pazos Alonso	153

NARRATIVA(S) E COMUNIDADE(S) EM CASOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: PARA UMA INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR, CONSILIENTE, E SOCIAL	177
Elias José Torres Feijó	
REVOLUÇÃO E POESIA: A RECUPERAÇÃO DA TRADIÇÃO DA MÚSICA DE INTERVENÇÃO NO RAP DA CAPICUA	215
Federica Lupati	
CELESTE & LÂLINHA – UM TESTEMUNHO PÓS-COLONIAL DA DIÁSPORA PORTUGUESA	237
Izabel Margato	
AS CIDADES E AS SERRAS: GASTRONOMIA E SEXUALIDADE NA CRÍTICA ECIANA	251
José Roberto de Andrade	
UMA CIDADE NÃO É A MESMA CIDADE SE VISTA DE LONGE, DA ÁGUA: A SOBREVIVÊNCIA DO DISCURSO ÉPICO EM <i>UMA VIAGEM À ÍNDIA</i> , DE GONÇALO M. TAVARES	273
Kim Amaral Bueno	
O MODERNISMO TARDIO DE <i>MANUAL DE PINTURA E CALIGRAFIA</i> , DE JOSÉ SARAMAGO	293
Marcelo G. Oliveira	
A REVOLUÇÃO ESTÁ NA RUA: UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 1974 NOS MURAIOS DO SÉCULO XXI	309
Margarida Rendeiro	
QUANDO CAMÕES FOI RIVAL DE D. SEBASTIÃO: O POETA COMO PERSONAGEM DE TEXTOS DRAMÁTICOS ROMÂNTICOS	339
Maria Aparecida Ribeiro	

NAS DOBRAS DE UM <i>PATER CERTISSIMUS</i> : ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO PODER NO REINO DE GONÇALO M. TAVARES	359
Maria da Graça Ribeiro da Mata dos Santos	
TEMPO <i>GIUSTO</i> , ESCRITA E FEMINILIDADE: LEITURAS DE MARIA GABRIELA LLANSOL	379
Maria Lúcia Wiltshire de Oliveira	
OS ÓRFÃOS DE LOBO ANTUNES: UMA LEITURA DE <i>O MEU NOME É LEGIÃO</i>	403
Patrícia Martinho Ferreira	
A NAVEGAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE O(S) CENTRO(S) E A SEMIPERIFERIA NA OBRA DE EÇA DE QUEIRÓS	427
Tom Stennett	
IMAGINAR O OUTRO: A LUSOFONIA EM QUESTÃO NA PEÇA <i>ESTRANGEIRAS</i> , DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO	443
Vânia Rego	
A MEMÓRIA INCOMUNICÁVEL DA(S) COMUNIDADE(S): OS <i>RETORNADOS</i> COMO TEXTO	465
Vincenzo Russo	

A MEMÓRIA INCOMUNICÁVEL DA(S) COMUNIDADE(S): OS *RETORNADOS* COMO TEXTO

Vincenzo Russo

Università degli Studi di Milano

Wo aber Gefahr ist, wächst das Rettende auch.
[Lá onde há perigo, cresce também aquilo que salva]

Friedrich Hölderlin

*Não sabemos bem o que é ser retornado, mas
nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá.*

Dulce Maria Cardoso

Temos assistido a uma vaga de literatura memorialística na contemporaneidade portuguesa acerca dos *retornados*, na qual a tecnologia das memórias é aproveitada para os mais variados usos e discursos ideológicos. Esse *boom* memorialístico cujas genealogias não atravessam nem se codificam apenas na escrita literária (Ribeiro, 2012) mas também em outros meios artísticos e de comunicação (Pinheiro, 2014) é, ou seria, o resultado – um pouco mecânico – da reação à “amnésia coletiva” da sociedade portuguesa pós-25 de Abril quando a sua

condição pós-colonial se construiu também a partir de uma rasura do “colonial”, de um recalçamento do que é “colonial” inscrito nos silêncios sobre o último ato do colonialismo português (a Guerra Colonial). Ainda que não seja possível discutir aqui as razões do *boom* dos romances sobre o “regresso” que, como veremos, em certos casos é um “regresso” a um espaço onde os sujeitos nunca tinham habitado, é importante salientar o papel da literatura como dispositivo de produção de memórias coletivas que no Portugal contemporâneo funciona como um poderoso sismógrafo que regista os traumatismos da memória em relação a determinados acontecimentos históricos, seguindo o léxico dos *memories studies* (Ricoeur, 2000 e Huyssan, 2003). É portanto possível estudar a contribuição que a literatura tem recentemente dado para a representação dos *retornados*: “os retornados começaram a ser recordados através da literatura de uma forma quase obsessiva em romances e testemunhos escritos por portugueses que, por algum motivo, passaram por África na época da colonização portuguesa, contrastando com o silêncio quase generalizado sobre o tema que se verificara até então” (Azevedo, 2013). Se, por um lado, a questão dos *retornados* foi incorporada como uma grande questão fantasmática no cânone da narrativa contemporânea, pela reconfiguração crítica e estética de António Lobo Antunes (especialmente em *As Naus* e *O Esplendor de Portugal*), por outro, exhibe – nesse novo espaço de narrativização em que *O Regresso* de Dulce Maria Cardoso e *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo emergem como obras já canônicas – os rastros de um “retorno” do recalque que produz um excesso de memórias.

1. UM ROMANCE-PARADIGMA: O RETORNO

DE DULCE MARIA CARDOSO

É nossa intenção analisar as estratégias de representação através das quais a memória da literatura contemporânea portuguesa tem reconfigurado os *retornados* como comunidade. As representações das memórias dos *retornados* como comunidade serão objeto de análise sobretudo no romance-paradigma já citado de Dulce Maria Cardoso: por paradigma entende-se etimologicamente “o que se mostra ao lado, um objeto singular nem universal nem particular que mostra a sua singularidade” (Agamben, 2001, p. 14).

O *retorno*, pelo debate público que suscitou, tal como pela abundante receção crítica e difusão internacional através das traduções em várias línguas, tem vindo a ocupar um lugar paradigmático e canónico na vertente da Literatura Portuguesa que questiona o império e as suas heranças, que problematiza os muitos (fins) de que se compõe o “pós” da condição atual de Portugal¹. Lido como *Bildungsroman* pós-colonial, o romance encenaria, através da desconstrução dos “pares antinómicos que sustentavam o discurso do regime e a relação colonial, fissurando todas as diferenças de base rática, de género ou de orientação sexual (preto/branco; angolano/português; masculino/feminino; heterossexual/homossexual)”, a sobrevivência quiasmática na sociedade pós-25 de Abril das relações entre colonizador e subalterno “numa disjunção heterofóbica entre portugueses residentes e retornados” (Pereira, 2016, p. 91).

1 Sobre os diferentes tempos ou temporalidades “do fim” que o 25 de Abril evoca ou implica até fantasmagoricamente veja-se Vecchi (2016).

Os *retornados* podem ser interpretados como uma comunidade que assenta em elementos identitários construídos em torno da experiência “comum” do êxodo, de elementos efémeros e, sobretudo, cujo referente de perda remete mesmo para um “sacrifício”: a África, os afetos, os bens, as casas, a terra, os passados... O que define os *retornados* (aliás, um termo que só cria ambiguidade e que só parcialmente os define) não será talvez (então) uma impossibilidade de serem acomodados por uma comum condição de pertença?

2. SOBRE O TERMO “RETORNADOS”

Uma nova expressão surge nos discursos populares e políticos da década de 70: *retornado*. O termo classifica então aqueles que “retornam” das ex-colónias portuguesas no continente africano, estando nele contido claramente um critério racial, uma vez que se refere à população branca de África (Pena Pires, 2003, p. 227). Sobre o termo – cuja história, por assim dizer, “mediática” seria interessante investigar – será útil determo-nos um pouco, para evidenciar “A term that briefly pervaded popular newspapers and political debates that stirred controversy and divisively mobilized opinions during the first two or three postrevolutionary years” (Lubkemann, 2003, p. 75), admitindo-se assim que a palavra “retornado” foi um termo afortunado, quer na linguagem popular, quer no léxico político em Portugal, tendo sido consensualmente acolhido.

A palavra *retornado* implica alguém que partiu e regressa, mas se nos ficarmos apenas pela representação literária, personagens como Rui de *O Retorno* ou Carlos do *Esplendor de Portugal* não regressam a Portugal, porque nunca partiram de Portugal. Outro “uso impróprio” do termo *retornado* no léxico político português foi a adoção da palavra para referir

também os “assimilados”, ou seja, aqueles que estão integrados na comunidade dos *retornados* apesar de o não serem. O colonialismo nunca teria pensado que um dia os assimilados pudessem “regressar” e invadir o espaço da nação.

Porque essas “minorias raciais” migraram para Portugal fugindo da independência de seu “país de origem”? Recordando a ideologia colonial portuguesa a resposta parece óbvia: eles “eram” portugueses. Até ao dia 11 de novembro de 1975 Angola era Portugal e todos os colonos, assimilados e nativos que viviam no território angolano-português eram portugueses, embora vigorassem classificações hierárquicas que estratificavam essa população: brancos metropolitanos eram cidadãos; brancos nascidos em Angola eram cidadãos de segunda classe, mestiços e negros assimilados eram cidadãos de segunda classe com ressalvas (porque sua condição de assimilado podia ser revogada) e os indígenas eram nacionais, mas não cidadãos. (Peixoto, 2011, p. 15)

Apesar de não identificar um grupo homogêneo, ou talvez por isso mesmo, o termo *retornado* incluía sem distinção de classe ou de raça um “suplemento humano” que o fim do colonialismo tinha historicamente produzido e que, no biénio 74-75, apresentou a sua fatura à nação pluricontinental “regressada”, que adaptou estratégias de discriminação colonial em tempos pós-coloniais².

Portanto, os retornados estigmatizados em Portugal tinham sido aliados ou apoiantes da presença colonial portuguesa em Angola,

2 Sobre os *retornados* não-brancos veja-se Machado (1994).

acreditavam pertencer à “comunidade imaginada” portuguesa, ideia posta à prova quando chegaram à metrópole. Nesse novo contexto os frutos da assimilação causaram tensões profundas: era um problema aceitar como iguais àqueles que anteriormente eram inferiores [...]. O colonialismo nunca imaginou que um dia os assimilados poderiam chegar à metrópole, quanto mais que pudessem chegar reivindicando espaço e reconhecimento de direitos de pertença à mesma realidade cultural, política e econômica dos europeus. (Peixoto, 2011, p. 15)

3. UMA COMUNIDADE POR REPENSAR: OS *RETORNADOS*

A partir da concepção segundo a qual a *communitas* é um conjunto de pessoas ligadas não por uma propriedade mas sim por um dever ou por uma dívida, foi Roberto Esposito que, reconfigurando o conceito político de comunidade, reconheceu – na articulação a que Rousseau submete o conceito, isto é, que uma política do sacrifício representava a morte da comunidade – a individuação de um momento decisivo para identificar o que significa o “estar em comum”. Entre a assunção da culpa e a prescrição do sacrifício, a comunidade define-se como impossibilidade: isto é, a comunidade não é definível senão com base na própria falha e dela deriva, e é essa falha que a conota como comunidade. A culpa evocada pela mãe de Rui (*alguém deve ter a culpa, alguém deve ter a culpa* é o refrão que a personagem vai repetindo alto, ao chegar de táxi ao hotel cuja dimensão simbólica de prisão-pensão, de lugar de hospedagem e de emergência, de privação e refúgio é antropológicamente conotada) por tudo o que lhe está a acontecer, bem como à sua família e aos *retornados* entupidos na sala de espera do hotel (“cadeiras desconjuntas onde os

retornados sentavam à espera”, símbolo de um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império do qual já ninguém queria saber) é uma culpa esvaziada, cujos atores são múltiplos, como veremos, e só retoricamente suscetíveis de culpa.

Toda a gente no hotel sabe que o Juiz nunca foi juiz, nem sequer empregado do tribunal, os que trabalhavam para o estado não estão em hotéis, têm a vida arranjada, foram colocados nalgum sítio ou reformaram-se, alguns até têm trabalho e reforma. São recompensados como se tivessem estado no inferno enquanto nós somos tratados como se tivéssemos de ser castigados. (Cardoso, 2011, p. 116)

Mas se a culpa nunca foi cometida por ninguém, se a culpa não é outra coisa senão o critério transcendental da negatividade da história, isso significa que a culpa não é indemnizável por nenhum sacrifício. A comunidade de sacrifício ou pelo sacrifício é uma impossibilidade. A comunidade dos *retornados* – pelo menos na representação literária – sacrifica-se a si própria em nome da comunidade nacional? Será isso que a Nação pretenderá?

A memória literária permite recuperar parcialmente o “comum tempo do fim” que os *retornados* viveram em África: “Angola acabou. A nossa Angola acabou” (Cardoso, 2011, p. 14).

Não será possível aqui desenvolver integralmente o estatuto e a função de um pronome como “nós”: mas não podemos deixar de destacar que o pronome e adjetivo “nossa” e o pronome “nós” pertencem ao léxico da comunidade dos *retornados* (que não por acaso o próprio narrador do romance

assume), e, neste caso, nunca da comunidade nacional. São muitas as ocasiões em que o próprio protagonista do romance, Rui, voz da narração, fala em nome de um “nós” que é familiar (“Os nossos familiares escreviam sempre aquelas mentiras das saudades”, Cardoso, 2011, p. 124) e comunitário:

Há sempre gente dos outros Hotéis quando há um plenário, estamos todos metidos no mesmo barco, o que é mau para uns e mau para todos. Deviam ter pensado assim quando os tiros começaram mas em vez disso puseram-se a encaixotar as bicuatas, dias inteiros a martelar ripas de madeira à volta das tralhas, não descansaram enquanto os contentores não ficaram prontos e não despacharam para a metrópole, pareciam meninas do liceu feminino em vésperas do passeio de finalistas, todos excitados com a mudança, vamos para a metrópole, vamos para a metrópole. Até eu apesar dos avisos do pai, na metrópole há cerejas, cerejas grandes e luzidias que as raparigas põem nas orelhas a fazer de brincos, raparigas lindas. Até eu. (p. 128)

Se a estratégia narrativa de atribuir a voz da narração ao jovem Rui já foi amplamente comentada pela própria autora e pela crítica, não podemos deixar de assinalar que, nesse trecho, a prosa que traduz a oralidade do pensamento do Rui aproveita os recursos retóricos como a anáfora (“os de cá... os de cá/ até eu... até eu”) ou os trocadilhos (entre *retornados* e *entornados* em que o termo pejorativo até pode ser objeto de escárnio) para encarnar a *doxa* sobre os *retornados*:

Os de cá deviam tratar-nos ainda pior, quem não luta pela sua terra não merece respeito algum. E agora não adianta dizer, a união faz a força, se ficarmos todos juntos não nos acontece nada

de mal, é tarde demais, se nos tivéssemos unido antes nunca teríamos sido retornados, agora já não há nada a fazer. Os de cá chamam-nos entornados para gozar connosco, foram entornados cá, devem pensar que têm graça. Os retornados bem podem andar com cartazes nas manifestações que não vai adiantar nada. E os plenários também não. (*ibidem*)

O tempo do fim é o fim do tempo português em África sobre o qual só fantasmagorias retóricas, como os desejos do pai de Rui que, contrariamente aos maus agoiros de iminente catástrofe (vocalizados pelo profeta de desastres que é o Senhor Manuel), pregavam otimismo e esperança: o ano de 1975 seria o ano de um novo início para os portugueses em Angola. “Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas” (Cardoso, 2011, p. 32).

A comunidade não é definível senão em função e com base na sua falta, na sua falha, da qual deriva e que inevitavelmente a conota como ausência, defeito, dífice de comunidade (Esposito, 2006, p. 30). A ideia que subjaz a esta análise é que o conceito político de comunidade, tal como vem sendo repensado pelo mais recente debate filosófico (Esposito, Nancy, Agamben), pode contribuir para desconstruir alguns mitos comunitários acerca dos *retornados* que, a partir do 25 de Abril, apesar de serem considerados como figura homogénea da complexa comunidade nacional pós-colonial, deslizam no discurso público entre o “em comum” e o “fora do comum”: o *munus*, isto é, o dever ou o dom “envenenado” do retorno – a experiência em comum dos colonos que só na Metrópole são reconhecidos e etiquetados, como comunidade numa temporalidade precária e transitó-

ria em que o tempo presente é o tempo em que acaba de se consumir esse retorno que, porém, não acaba de retornar, que não acaba de acabar. O retorno no romance não é “retornado”, por assim dizer (o hotel é o espaço desse presente progressivo) –, é só parcialmente ou supostamente considerado em “comum”. Os *retornados* são uma *communitas*, que tem um *munus* (um dever) mas sem o “cum”, isto é, sem que o dever implique junção ou unidade. O tempo presente é o “em-comum”; não é o retorno, mas sim esse retorno retornado, um retorno que ambigualmente acaba de ser feito, que “torna” os *retornados* uma comunidade.

Communitas é o grupo de pessoas unidas por um dever, uma tarefa, um *munus*, que não é um dom ou um presente, mas algo, um bem, que é preciso devolver, restituir. A Comunidade é portanto caracterizada não por um mais, mas por um menos, por uma falta. O “retorno dos retornados” foi o dever da Nação e a dívida dos *retornados* como comunidade. Os *retornados* enquanto *Communitas* estão vinculados ao sacrifício da *compensatio*, por seu lado a *Immunitas* implica o benefício da *dispensatio* (Esposito, 2006, p. XIII). Os *retornados* representados no livro de Dulce Maria Cardoso carregam em si o fardo da dívida, das dívidas do colonialismo lusitano em África, enquanto os metropolitanos estão dispensados, imunizados perante qualquer culpa, perante qualquer juízo da História. A diretora do hotel faz constantemente questão de repetir que Portugal está a viver “tempos conturbados” e que ela ajuda “em tudo o que eu posso mas não me podem pedir mais” (2011, p. 120). Ela representa uma sinédoque do próprio hotel em que estão alojados os *retornados* de todos os cantos do império, “um Império cansado”. A Diretora do Hotel como sinédoque do IARN ou da rede de apoio nacional

pós-25 de Abril – é ao mesmo tempo, *hospes* e *hostis*: ela hospeda e aprisiona, ela cuida e limita.

Os *retornados* vivem e vivem-se numa autorrepresentação que se coloca entre o paradigma vitimário (isto é, vítimas de uma descolonização feita não em nome e por ação deles) e o paradigma sacrificial (a expulsão é o sacrifício que eles carregam, o espaço da metrópole é espaço de um ressentimento pelo facto de o sacrifício não ter sido reconhecido como tal pela nação).

Uma dialética vai-se impondo aos “lugares comuns” de que são feitos os discursos acerca da comunidade dos *retornados* que, para sobreviver à violência que os atravessa, desloca essa mesma violência para um inimigo, para uma constelação de inimigos: os “comunais” da metrópole (“O Pacaça é o porta-voz dos retornados e é o retornado mais retornado do hotel, nasceu em Angola mas vivia em Moçambique e por isso odeia em igual medida o Rosa Coutinho que deu Angola aos pretos e o Almeida Santos que fez o mesmo em Moçambique. O Pacaça nunca diz estes dois nomes sem acrescentar, vis traidores ou coisa pior, e se está na rua cospe para o chão em sinal de desprezo”, 2011, p. 99); os “comunais” brancos em África; o professor de português de Rui (“agora faltava cumprir Abril e cumprir Abril era descolonizar, democratizar e desenvolver. [...] O professor de português da turma B queimou os Lusíadas, o império não devia ter existido e os Lusíadas que o aclamam também não”, p. 46); os africanos nacionalistas (“os pretos não começaram a matar logo logo a eito mas quando lhe tomaram o gosto não quiseram outra coisa”; os brancos “cobardes traidores” que se foram embora (“os brancos só queriam correr para o aeroporto e ir para a metrópole”, p. 33); o capitalismo internacional. As cir-

cunstâncias que conduziram ao êxodo e as condições em que este se processou constituíram um momento crítico na vida dos *retornados*, com forte sedimentação na memória destes, e esse sedimento de memória traduziu-se em atitudes de desconfiança em relação aos partidos portugueses de esquerda (identificados como responsáveis pela descolonização) e de redução da confiança para com as instituições políticas.

As representações dos *retornados* de África no *Retorno* de Dulce Maria Cardoso traduzem, comunicam uma memória parcial dessa comunidade de “destino” (no duplo sentido que a palavra portuguesa carrega), que transporta a nostalgia “comum” dos passados africanos e a incerteza comum do futuro metropolitano e continental, mas sobretudo a comum “fragilidade” do presente que, por exemplo, junta – por necessidade – os *retornados* no “campo de trânsito” metaforizado no hotel de acolhimento dos colonos no romance de Dulce Maria Cardoso. Nesta figuração literária está bem exemplificada a ideia de que a comunidade é tanto necessária, como impossível.

4. CONCLUSÃO

A literatura desempenha a sua função de suplemento, de algo que repete o que é indizível ou desenha o não-dito. A literatura preenche parcialmente os vácuos deixados, consciente ou inconscientemente, por outras vozes disciplinares como a historiografia ou a sociologia, ou a demografia. É à literatura – como o caso de Dulce Maria Cardoso paradigmaticamente deixa entrever – que dirigimos a nossa inquietação e o nosso questionamento quando esta resgata do sono, da indiferença, do silêncio do presente questões abertas, como o são as feridas

(ainda) não saradas que se tornaram obsessão para a memória da nação e para o atual debate da sociedade.

Eduardo Lourenço perguntava a si próprio, e perguntava a Portugal por que seria tão necessário problematizar a história nacional, a partir do momento em que a casa estaria arrumada. Era a pergunta final e definitiva do ensaio *Portugal como Destino*. Vale a pena – perguntava-se retoricamente o ensaísta-mor da cultura portuguesa em 1999 – questionar a paz do presente com o mais recente passado? O romance de Dulce Maria Cardoso respondeu. Respondeu não retoricamente.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Viviana Clara Carvalho Freitas de, *Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória da Colonização Portuguesa em África*. Tese de Doutoramento, Porto: FLUP, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *La comunità che viene*. Torino: Bollati Boringhieri, 2001.
- CARDOSO, Dulce Maria. *O Retorno*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- ESPOSITO, Roberto. *Comunitas. Origine e destino della comunità*. Torino: Einaudi, (2.^a ed.) 2006.
- HUYSEN, Andreas, *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*, California: Stanford University Press, 2003.
- LOURENÇO, Eduardo. *Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- LUBKEMANN, S., "Race, class, and kin in the negotiation of 'internal strangerhood' among portuguese retornados, 1975-2000", in A. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdão, Amsterdam University Press, pp. 75-94, 2003.
- MACHADO, F. L., "Luso – Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade" in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16,1, pp. 11-134.
- NANCY, Jean-Luc, *La comunità inoperosa*. tr. it. di A. Moscati, Napoli: Cronopio, 2013.
- PEIXOTO, Carolina, *Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A 'Descolonização' de Angola e o Retorno dos 'Nacionais'*, in http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Artigos/APP_Cx23_30_Por%20uma%20perspectiva%20historica%20pos-colonial_Carolina%20Peixoto.pdf.
- PENA PIRES, R., *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

- PEREIRA, P. A. «“I Was Here”: The Post-Colonial *Bildungsroman* of Dulce Maria Cardoso». In *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 8, n.º 2, pp. 86-102, 2016.
- PINHEIRO, Teresa, «O retorno dos retornados. A construção de memória do passado recente na série televisiva *Depois do Adeus*», in Elias J. Torres Feijó, Roberto Samartim, Raquel Bello Vázquez e Manuel Brito-Semedo (eds.), *Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Portuguesas*, pp. 179-190.
- RICOEUR, Paul, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, «O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa» In BRUGIONI, E. et. al. (Org.). *Itinerâncias. Percursos e Representações da Pós-Colonialidade*. Braga: Edições Húmus, 2012. pp. 89-99.
- RIBEIRO, Raquel. *Os retornados estão a abrir o baú*. In: Ípsilon online. 2010, p. 6-12. Disponível em: <<http://fonoteca.cmlisboa.pt/mm/IMG/PUBPERIO/jornais/04614/pdf/100813Ipsilon.pdf>>.
- VECCHI, Roberto, «Os fins do tempo do fim: descolonização, negação, pertença», in *Altmodernità*, n.º 16, 11/2016, pp. 43-51.